Unesco diz que vídeos do MEC são 'adequados'

Para órgão da ONU, material atende às faixas etárias a que se destina

Ele contribuirá 'para a redução do estigma e da discriminação' e 'para promover escola mais equânime', diz parecer

DE BRASÍLIA

A Unesco (órgão da ONU para a educação) considerou "adequados" os três vídeos do chamado kit anti-homofobia do Ministério da Educação, que vem provocando polêmica no Congresso.

"O material do projeto Escola sem Homofobia está adequado às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destina", afirma a organização.

O parecer foi elaborado com base em um documento chamado Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade, publicado pela Unesco em 2010.

Os vídeos foram enviados para a avaliação pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Trata-se de versão preliminar do material, divulgada para a imprensa em janeiro, e que foi parar na internet. A versão final está pronta, nas mãos do MEC, desde ontem.

"Estamos certos de que esse material contribuirá para a redução do estigma e da discriminação, bem como para promover uma escola mais equânime e de qualidade", afirma a organização.

O documento foi assinado pelo representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, em fevereiro.

Para o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), o parecer da Unesco é uma prova de que os vídeos não trazem cenas inadequadas. "Não há nada de pornográfico."

Segundo ele, os vídeos seriam aplicados inicialmente apenas para um universo de 6.000 escolas, locais onde foi feita uma pesquisa e foi identificado comportamento homofóbico entre os alunos.

Ele também lembrou que os vídeos poderão ser aplicados apenas com a supervisão de professores.

FOLHA.com
Assista aos vídeos
folha.com.br/ ct917690

Ed Alves/News Free

» **DIVERSIDADE** Pedindo a aprovação do projeto de lei que criminaliza a homofobia, mais de 5.000 participaram ontem de marcha na Esplanada dos Ministérios, em Brasília

KIT ANTI-HOMOFOBIA PARA AS ESCOLAS

Como deve ser o material

3 vídeos

1 guia de orientação aos professores

NESTE ANO
A ideia, ainda em análise, é enviar o kit a 6.000 escolas de ensino médio no segundo semestre

NA ESCOLA
Com duração média de cinco minutos, os vídeos devem ser trabalhados em sala de aula pelos professores e não serão distribuídos aos alunos

TEMA
O material irá tratar dos seguintes temas: transexualidade, bissexualidade e a relação entre duas meninas lésbicas

Fonte: Ministério da Educação

ANÁLISE

Nesse debate, é impossível que não haja perdedores e vencedores

HÉLIO SCHWARTSMAN
ARTICULISTA DA **FOLHA**

Chamar a bancada da Bíblia para discutir o conteúdo de um programa anti-homofobia só é uma boa ideia se o objetivo for não fazer nada.

A democracia tem pegadinhas. Em tese não há nada mais democrático do que ouvir todos os envolvidos numa questão e tirar um consenso.

Mas, na prática, o método só funciona se não há desavença relevante, o que é raro.

O problema é que a sociedade não é homogênea. Enquanto certos grupos, por razões que lhes parecem legítimas, como "seguir a palavra de Deus", permanecem irredutivelmente homofóbicos, outros estão convictos de que é moralmente errado definir a cidadania de alguém por hábitos sexuais ou outras características incidentais, como a cor da pele e a própria fé.

Impasses como esse, atrelados a princípios vistos como inegociáveis, só são solucionados através de decisões arbitrárias, que necessariamente estabelecem vencedores e perdedores.

Idealmente, os casos mais emblemáticos seriam resolvidos no Parlamento. O problema aqui é que o próprio Congresso reflete, e de forma exagerada, as heterogeneidades sociais, de modo que é o primeiro a imobilizar-se diante de temas polêmicos.

Nessas situações, é preciso que surjam autoridades do Executivo ou Judiciário que se disponham a enfrentar o ônus político da decisão, como o fez o STF, ao estender a casais homossexuais os efeitos da união estável.

A democracia não tem o dom de eliminar o conflito da sociedade. Ela apenas procura discipliná-lo, de modo a que as disputas se resolvam por vias institucionais e não as de fato. Funciona, desde que não falte coragem para definir perdedores.

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 19 maio 2011, Cotidiano, p. C3.